

TERMO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: AC2 ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.751.005/0001-00.

Recorrida: Comissão Técnica de Julgamento (Det. nº 216/2020).

Contrarrazoante: ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CNPJ:
41.157.967/0001-69.

1. Objetivo.

Receber, conhecer e julgar o recurso administrativo interposto pela recorrente **AC2 ENGENHARIA LTDA**, contra ato da Comissão Julgadora, em que a inabilitou em razão do não atendimento ao subitem 8.1.1, “c”, item 5 do quadro de acervo técnico operacional (Operação e/ou pré-operação de sistemas elevatórios/hidráulicos, por período igual ou superior a 06 (seis) meses: Vazão $\geq 41,8 \text{ m}^3/\text{h}$), do Termo de Referência, Anexo II do edital, por ocasião da Licitação na Forma Eletrônica, Edital nº 23/2020, cujo objeto é a execução das obras e serviços de Esgotamento Sanitário, na sede do município de Jequiá da Praia-AL, localizado no estado de Alagoas.

2. Relatório.**2.1. Histórico.**

Em 22 de dezembro de 2020, às 10:00h foi aberta a sessão pública da licitação na forma eletrônica nº 23/2020-5ª/SR, regida pela Lei nº 13.303/2016.

Após o item encerrado, abriu-se a fase de lances para desempate ME/EPP e a empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 02.339.308/0001-91, ofereceu lance e se classificou em primeiro lugar, com desconto de 25,2100% e valor global de R\$ 18.366.491,7405.

Em 24 de dezembro 2020, após a convocação da empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA. foi aceita a proposta, bem como habilitada.

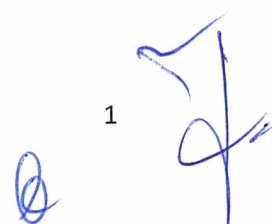
Em 24 de dezembro de 2020, após o ato de habilitação da empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA. a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ: 18.729.404/0001-86, também participante desta licitação manifestou, sua intenção em apresentar recurso, referente a fase habilitação.

Em 04/01/2021, a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA. encaminhou o recurso

Em 11/01/2021, a empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA. apresentou contrarrazão.

Em 18/01/2021, a comissão julgou procedente o recurso.

Em 19/01/2021, o presidente da comissão voltou as fases de julgamento/habilitação/intenção de recurso em ata complementar.



Em 20/01/2021, foi aberta a sessão de volta as fases com a inabilitação da empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA e convocação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA para apresentação da proposta financeira.

Em 22/01/2021, a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, teve sua proposta aceita e habilitada.

Em 29 de janeiro de 2021, a empresa AC2 ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.751.005/0001-00, apresentou recurso.

Em 05 de fevereiro de 2021, a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ: 18.729.404/0001-86, apresentou contrarrazão.

Em 12 de fevereiro de 2021, a comissão julgou procedente o recurso administrativo, conforme o relatório de julgamento do recurso administrativo, sendo assim, voltando a fase de aceitação, em ata complementar 02.

Em 17 de fevereiro de 2021, teve a volta de Fase para as fases de julgamento/habilitação/intenção de recurso.

Em 18/02/2021 foi convocada a empresa AC2 ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.751.005/0001-00.

Em 24/02/2021, foi inabilitada a empresa AC2 ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.751.005/0001-00.

Em 26/02/2021, foi inabilitada a empresa ENGEFORT CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 10.563.802/0001-63.

Em 03/03/2021, foi aceita e habilitada a empresa ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CNPJ: 41.157.967/0001-69, pelo lance de R\$ 21.119.378,12.

Houve o registro de intenção de recurso pelas empresas AC2 ENGENHARIA LTDA e ENGEFORT CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA., e, de forma automática no sistema, foram consignadas as seguintes datas para a fase de recursos:

- Apresentação de Recursos – até 10 de março de 2021;
- Apresentação de Contrarrazões – até 17 de março de 2021; e
- Resposta aos Recursos – até 24 de março de 2021.

Assim, de forma tempestiva a empresa AC2 ENGENHARIA LTDA. registrou seu recurso no sistema em 10/03/2021 e a licitante ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, registrou sua Contrarrazão no sistema em 15/03/2021.

2.2. Em Síntese, a recorrente apresentou suas razões:

- a) Alude, de maneira genérica, que a documentação apresentada, no que se refere ao atestado de capacidade técnica operacional, **atende ao objeto do certame licitado**, como também as exigências do edital;

- b) Aborda, a respeito da exigência de qualificação técnica, a **necessidade de permitir a competição** e supõe sua **desnecessidade à execução do objeto licitado**, sob pena de restringir a concorrência;
- c) Aponta que no certame **RDC 28/2020**, em **nota de esclarecimento**, o item pré-operação fora excluído das exigências de qualificação técnica. No mesmo contexto, indica semelhança quanto aos objetos do RDC 23 e 28/2020;
- d) A recorrente, também, de maneira lacônica, assevera **possível direcionamento premeditado das licitações 23 e 28/2020**. No entender da recorrente a comissão cerceia a competição, fazendo **exigências criteriosa e específica** em uma licitação e para outra não;
- e) Para basear suas argumentações cita Acórdão do TCU em que declara de natureza vinculante os esclarecimentos prestados pela administração no decorrer do certame (Ac. 179/2021 – plenário);
- f) Alega, ainda, ser cristalino o possível direcionamento do certame a determinada “adjudicante”, sem respeito as normas legais;
- g) Alega que o item 4.0 – pré-operação de sistemas de tratamento de água 06 meses não consta no termo de referência, apenas seu custo foi apresentado em planilha orçamentária em item separado de administração de obra;
- h) Enaltece o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e afirma que antes de observar o edital e condicionar-se a ele, o licitante deve verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade;
- i) Por fim, cita como fundamento a lei 8.666/93, doutrinas e jurisprudências.

2.2.1. Pedidos

Requer o conhecimento do presente recurso e atribuição de efeito suspensivo e o seu provimento. com consequente reforma da decisão proferida pela comissão julgadora e, caso não seja o recurso provido, seja as razões submetidas a apreciação da autoridade superior.

2.3. Em síntese a contrarrazoante fustiga as razões da recorrente alegando:

- a) Nas narrativas dos fatos, onde aborda atos de inabilitação efetivadas pela comissão julgadora, afirma ser descabido o fundamento do recurso administrativo apresentado pelo ato que a inabilitou;
- b) Narra sobre o respeito aos princípios licitatórios, dando ênfase ao da isonomia, segurança jurídica e da vinculação do instrumento convocatório;
- c) Assevera sobre a falta de fundamentação técnica da recorrente, combatendo a **presunção da exclusão da alínea c, subitem 8.1.1 do termo de referência, anexo II, do edital**, em razão do esclarecimento realizado em outro certame. Neste ponto enfatiza serem certames diferentes os editais 28 e 23/2020;
- d) Combate a alegada impossibilidade, feita pela recorrente, da exigência de capacidade técnica relativa à operação/pré-operação de sistemas elevatórios;
- e) Afirma sobre a impossibilidade de mudanças estabelecidas no edital, pois agrediria os princípios da isonomia e da segurança jurídica. E por fim;
- f) Pede que seja conhecida e provido o contrarrecurso, para a manutenção da decisão proferida anteriormente, declarando inabilitada a recorrente.

3. Fundamentação.

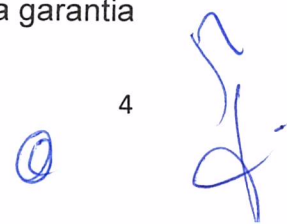
3.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (Lei 13.303/2016, art. 58, II c/c Anexo II, 8.1.1, “c” do edital nº 23/2020).

A princípio, não se afigura despiciendo informar ao recorrente, tanto quanto ao contrarrazoante, que; 1) A CODEVASF por ser uma empresa pública federal, pessoa jurídica de direito privado, subordina-se à lei 13.303/2016, não mais sendo possível balizar-se pela Lei 8.666/1993, exceto naquilo que aquela dispor; 2) O edital em tela não constitui licitação no Regime Diferenciado de Contatação – RDC. Apenas, em razão de não haver, ainda, plataforma exclusiva das estatais, estas utilizam a plataforma do RDC, já que há muitas semelhanças acerca da forma de licitar entre as da Lei do RDC e da lei das estatais. Mas, este certame deu-se na forma eletrônica, conforme exposto no edital.

3.2. Nesta oportunidade, julga-se o mérito das razões dispostas no subitem 2.2:

- a) Alude, de maneira genérica, que a documentação apresentada, no que se refere ao atestado de capacidade técnica operacional, **atende ao objeto do certame licitado**, como também as exigências do edital;

A recorrente apenas alega que os documentos técnicos apresentados atende ao que o edital exige para aferir a qualificação técnica definida como mínima e necessária a garantia



de satisfatória execução do objeto, sem, contudo, indicar em que ponto do atestado de capacidade técnica se encontra o requisito exigido.

A comissão julgadora novamente debruçou-se sobre a documentação e não encontrou o requisito disposto no subitem 8.1.1, “c”, item 5 do quadro de acervo técnico operacional (Operação e/ou pré-operação de sistemas elevatórios/hidráulicos, por período igual ou superior a 06 (seis) meses: Vazão $\geq 41,8$ m³/h), do Termo de Referência, Anexo II do edital.,

Assim, não é suficiente que se alegue um direito, há de se demonstrar seus fundamentos especificamente, pois, o que se busca é reformar uma decisão importante desta comissão julgadora. Neste sentido, a comissão reafirma sua decisão anterior, por julgar que o recorrente não demonstrou o atendimento ao requisito discutido.

- b) Aborda, a respeito da exigência de qualificação técnica, a **necessidade de permitir a competição** e supõe sua **desnecessidade à execução do objeto licitado**, sob pena de restringir a concorrência;

Esta questão é estudada e analisada na fase de planejamento da licitação. Tudo isso é definido com supedâneo no princípio da razoabilidade. A restrição é intrínseca à licitação, posto que, se assim não fosse, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderia participar, o que seria muito temerário à administração. Ela só não pode ser ilegal e não atender ao interesse da administração.

Os requisitos atendem à necessidade de garantir a execução do objeto e foi sopesado com o objetivo de garantir a competitividade, o que se demonstra nos fatos, haja vista houve participação de onze licitantes em respeitável disputa de lances.

No Termo de Referência, Anexo II do edital, encontra-se, no rol das justificativas, que;

“A comprovação de execução de serviços representativos das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, exigidas na qualificação técnica, trata de serviços essenciais ao objeto licitado, possibilitando verificar a capacidade técnica do licitante, cuja quantidade exigida não ultrapassa o limite de 50 % do total a ser contratado”.

Portanto, a definição dos requisitos atendeu ao princípio da legalidade, (art. 58, II, Lei 13.303/2016), da razoabilidade (não superior a 50 % do total a contratar conforme jurisprudência do

TCU) e foram devidamente justificados. Neste ponto, a esta comissão julgadora recusa os argumentos apresentados.

- c) Aponta que no certame **RDC 28/2020**, em **nota de esclarecimento**, o item pré-operação fora excluído das exigências de qualificação técnica. No mesmo contexto, indica semelhança quanto aos objetos do RDC 23 e 28/2020;

Este fato realmente acontecera. Entretanto, trata-se de certames diversos. Ademais, conforme descrito nos alegados esclarecimentos, houve lá as razões pelas quais se tomou a providência de deixar de exigir requisito semelhante:

“Esclarecemos que será necessária a pré operação de todo o sistema por 6 (seis) meses, não só da ETA. Porém, que por um equívoco o item pré-operação não constou no Termo de Referência e na planilha orçamentária o mesmo está incluído na administração da obra. Deste modo, decidimos excluir o item 4.0 - Pré-operação de sistemas de tratamento de água- 06 meses; solicitado nos Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante tenha executado serviços em obras de construção de sistemas adutores para abastecimento d'água, ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução, no Edital 28/2020.”

Veja-se que no edital 28/2020 o licitante suscitou a dúvida com base no item 6.0 do edital. A partir do momento em que a administração expediu o esclarecimento, seu conteúdo vinculou a administração e os licitantes. Porém, o recorrente não observou aquela possibilidade, inclusive, de pedir extensão do ato de esclarecimento, o que, igualmente, vincularia a todos.

O que não pode, é pedir, após direito precluso, extensão de uma decisão que valeu para todos os concorrentes, neste ponto, também, esta comissão recusa as alegações da recorrente.

- d) A recorrente, também, de maneira lacônica, assevera **possível direcionamento premeditado das licitações 23 e 28/2020**. No entender da recorrente a comissão cerceia a competição, fazendo **exigências criteriosa e específica** em uma licitação e para outra não;

Consoante dito *alhures*, os critérios dispostos como requisitos técnico-operacionais foram definidos no planejamento da licitação com base na necessidade de garantir efetiva execução do objeto a

contratar. As exigências, por dever de ofício, devem ser criteriosas e específicas, inclusive, foram justificadas.

Quanto à alegação de direcionamento, esta comissão entende que o recorrente deveria agir como responsabilidade e respeito. Alegar de forma leviana comportamento que não há como demonstrar, muito menos provar, afigura-se ato temerário que deve, qualquer licitante responsável, abster-se de o fazer. Senão vejamos:

- 1) Se há direcionamento, que aponte, especificamente, em que ponto do procedimento se deu, e a quem fora direcionado, pois, obrigatoriamente, há de se ter um beneficiário;
- 2) Como pode alegar grave ato, num certame em que houve três impetrações de recurso administrativo, sendo que, os dois primeiros foram concedidos provimento, inclusive com aplicação de profunda diligência para apurar as razões dos recorrentes? Ademais, o segundo recurso fora impetrado por este recorrente. E mais, contra ato da comissão que habilitou a recorrida que não atendera aos requisitos técnico-operacional, que neste momento, o recorrente alega cerceamento de competição e direcionamento de objeto.

O único direcionamento que existe é o da busca à melhor proposta, jamais à busca de qualquer licitante.

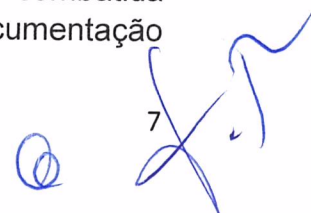
Direcionar objeto seria acatar as alegações da licitante e, depois de submeter todos os concorrentes aos critérios objetivos dispostos no instrumento convocatório, suprimir um deles para atender ao pedido da recorrente, visto que tal ato contraria frontalmente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo.

Assim, não há que se falar em direcionamento, simplesmente por que não houve. Os critérios foram definidos nos dois certames, apenas, por circunstâncias acima expostas, houve um realinhamento das exigências, porém, na forma preconizada no edital.

- e) Para basear suas argumentações cita Acórdão do TCU em que declara de natureza vinculante os esclarecimentos prestados pela administração no decorrer do certame (Ac. 179/2021 – plenário);

Neste ponto, esta comissão concorda plenamente que os esclarecimentos prestados pela administração vinculam a todos os envolvidos no certame. Aliás, fora justamente o que se sucedeu. O instrumento convocatório exige a qualificação técnica combatida pela recorrente e, nesta toada, deve julgar a documentação

7



apresentada, não podendo se desviar de tais balizas. Se proceder diversamente, estará se desvinculando do instrumento convocatório, o que é ilegal. Por esta razão, é que esta comissão julgou inabilitada a recorrente, apontando o requisito que deixou de atender, nos ditames do edital.

- f) Alega, ainda, ser cristalino o possível direcionamento do certame a determinada “adjudicante”, sem respeito as normas legais;

Conforme já dito em letra anterior, tal afirmação, desprovida de fundamentações fática e legal, além de desrespeitosa e injusta, deve ser especificamente provada para que seja acatada e tomadas as devidas providências, sem o que, só merece o veemente repúdio e desprezo desta comissão. Portanto, deve a recorrente apontar, especifica e fundamentadamente, a adjudicatária a quem fora o objeto direcionado a cristalinidade do direcionamento e as normas legais infringidas, sem o que não há como considerar tal alegação.

- g) Alega que o **item 4.0 – pré-operação de sistemas de tratamento de água 06 meses não consta no termo de referência**, apenas seu custo foi apresentado em planilha orçamentária em item separado de administração de obra;

Primeiro, o item a que trata é exigência de qualificação técnica é o número 05. Ademais, esta exigência encontra-se grafada justamente no Termo de Referência, Anexo II do edital, subitem 8.1.1, alínea “c”. Isso só demonstra a carência de fundamentação nas razões apresentadas.

- h) Enaltece o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e afirma que antes de observar o edital e condicionar-se a ele, o licitante deve verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade;

Realmente é dever do licitante verificar a legalidade, legitimidade e constitucionalidade do instrumento convocatório, inclusive, os cidadãos


No que tange à vinculação ao edital, este princípio obriga a todos os envolvidos no certame, mormente, a licitante apresentar sua proposta na conformidade disposta para todos os concorrentes e a comissão julgadora, no cumprimento do seu dever, julgá-las de acordo com o que exigido, balizada na transparência, moralidade, legalidade, impessoalidade, objetividade, boa-fé, eficiência, e tudo mais necessário à escolha da melhor proposta.

Esta comissão julgadora, após análise das razões e contrarrazões apresentadas, com fundamento no que dispõe o instrumento convocatório, reitera a inabilitação da recorrente, visto que esta não apresentou elementos capazes de impor reforma de sua decisão.

4. Decisão.

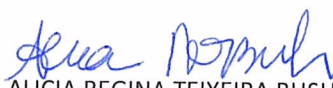
Por todo o exposto, esta Comissão Técnica de Julgamento, recebe e conhece o recurso administrativo interposto, visto que atende aos pressupostos de admissibilidade, para julgá-lo improcedente, mantendo inabilitada a empresa AC2 ENGENHARIA LTDA, em razão do descumprimento do subitem 8.1.1, alínea c, do termo de referência, anexo II, do edital.

Penedo/AL, 18 de março de 2021.



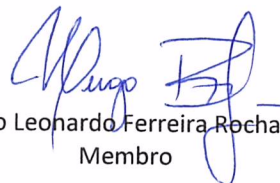
JORGE RICARDO ROCHA MELO

Presidente Comissão – Determinação 216 de 10/12/2020



ALICIA REGINA TEIXEIRA BUSH

Membro



Hugo Leonardo Ferreira Rocha

Membro